

SINDSEP-AM



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO AMAZONAS

ABRIL/21

Após pressão, PEC 186 é aprovada sem proibição de progressão funcional

A Proposta de Emenda à Constituição 186, conhecida como PEC Emergencial, foi aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional em março, mas não sem antes muitos embates para retirar do texto trechos nocivos aos servidores públicos. Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, a categoria realizou diversos protestos e manifestações, visando chamar a atenção da sociedade para os efeitos maléficos da proposta, que usada pelo governo Bolsonaro como chantagem para o pagamento de um novo auxílio emergencial, promoveu verdadeiro arrocho fiscal.

Unido à Condsef e a outras entidades representativas dos servidores, o Sindsep-AM participou de vários atos e movimentos virtuais. Com isso, e o empenho de parlamentares da oposição, foi possível retirar do texto dispositivo que impedia a progressão de carreira do funcionalismo, assim como trecho que propunha o fim da previsão de gastos mínimos com saúde e educação. Mesmo assim, há várias maldades que continuam no texto, como o congelamento de salários de servidores toda vez que as despesas obrigatórias da União atingirem 95% da despesa sujeita ao Teto de Gastos e a possibilidade do uso de recursos da ciência e pesquisa para pagar dívida pública.



Reforma Administrativa retira dinheiro do povo para dar a banqueiros

Nomeada como 'Reforma Administrativa', a Proposta de Emenda à Constituição nº 32 é, atualmente, a maior ameaça aos servidores públicos brasileiros de todas as esferas, especialmente os que ganham menos e estão na linha de frente da Covid-19, prejudicando a população que necessita um serviço público de qualidade. O texto altera 27 trechos da Constituição Federal e introduz 87 novos, todos com o objetivo de acabar com o funcionalismo do país, privilegiando classes mais abastadas, como os banqueiros.

O maior dos ataques é o fim da estabilidade dos servidores, o que abre brecha para 'rachadinhas' públicas e total dependência de trabalhadores a políticos, visto que dá poder absolutista para o presidente, governadores e prefeitos fecharem empresas, autarquias e institutos, sem o aval do Legislativo. E não é só. A PEC 32 também prevê a retirada de diversos benefícios e vantagens, além de novas normas gerais para recebimento de salários. Para barrar a Reforma Administrativa, o Sindsep-AM, a Condsef e outras entidades vêm realizando uma ampla campanha de esclarecimento à categoria e à sociedade. Dentre as ações realizadas pelo sindicato, está o envio de cartas a parlamentares da bancada amazonense e pressão nas redes sociais dos congressistas sobre os perigos da Reforma. Junte-se a nós nessa luta!

Diga NÃO à Reforma Administrativa!

Cadastre-se no site da Câmara dos Deputados e vote

DISCORDO TOTALMENTE na enquete sobre a PEC 32.

Para isso, basta acessar <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

Hoje, em pleno século XXI, pessoas estão morrendo nas portas dos hospitais, sem chance de atendimento, como se estivessem no século VIII ou XIX. O sistema funerário também está ameaçado de colapso.

Um colapso que tem duas origens:

a) Uma, os ataques sistemáticos aos serviços públicos, em particular o SUS. Fechamento de leitos, suspensão de concurso públicos, desmantelamento do sistema de compras de insumos, tudo consequência da brutal retirada de verbas da saúde, imposta pela Emenda 95 (do teto de gastos)

b) Duas, a política do governo Bolsonaro que induziu a população a se contaminar maciçamente alardeando uma "imunidade de rebanho" que serviu apenas para o Brasil ser cobaia para proliferação de mutações mais transmissíveis e mortíferas do coronavírus. Não houve testagem em massa, não houve campanhas educativas para prevenção sanitária e distanciamento social, nem uso de máscaras. Não há vacinas. Não há nem mesmo medicamentos para intubações nos poucos leitos de UTI disponíveis.

É nessa situação dramática em que o povo precisa mais que nunca de atendimento público que o governo se subordina aos setores mais radicais e ultrafiscalistas do sistema financeiro para tentar impor essa PEC 32.

Sr. Parlamentar

Não entraremos nos detalhes da PEC 32. Nós e o senhor sabemos que não se trata nem de "combater privilégios" (os verdadeiros privilegiados passam longe dessa PEC) nem de modernizar, nem de melhorar os serviços públicos, mas, sim, de retirar dinheiro do atendimento à população para entregar aos banqueiros.

O que afirmamos é que V.Sa., como todos nós, está numa encruzilhada: ser cúmplice da política genocida, alinhando-se aos banqueiros, ou alinhar-se aos interesses do povo. V. Sa. pode rejeitar a discussão dessa PEC 32.

Pode apresentar um relatório enterrando-a no nascedouro. Ou, no mínimo, se não tiver acordo com isso, pode postergar, adiar, jogar para longe essa discussão até que a ameaça da pandemia esteja afastada do horizonte.

Hoje, um Congresso Nacional, digno desse nome, assumiria a tarefa de ajudar o povo brasileiro a ter disponíveis leitos hospitalares, oxigênio, máscaras, vacinas para todos pelo SUS, testagem e rastreamento, auxílio emergencial de, no mínimo R\$ 600,00. Enfim, prioridade ao combate à pandemia e não subserviência a um governo subordinado a banqueiros internacionais ávidos por sugar o sangue do povo brasileiro.

Neste grave momento, Sr. Relator, os servidores e empregados públicos federais estaremos atentos às escolhas de cada um. Encerramos solicitando audiência a V.Sa, para o secretário-geral da Condsef, Sérgio Ronaldo, e colocando-nos à disposição para a melhor data e horário.

Atenciosamente

Walter Matos
Secretário-geral Sindsep-AM